

Coluna do Castello

Ulysses pode votar pela primeira vez

O presidente José Sarney piscou primeiro — embora, no momento seguinte, tenha retomado a postura intransigente de continuar se empenhando pelo mandato de cinco anos e pela manutenção do presidencialismo como sistema de governo. Na semana passada, ele convocou o deputado José Geraldo (PMDB-MG) para um encontro no Palácio da Alvorada e sugeriu, sem deixar margem para dúvidas, que estava disposto a negociar a aprovação do parlamentarismo ou de algo parecido em troca da fixação do seu mandato em cinco anos.

Mudou de opinião depois de ter consultado alguns ministros — entre eles, Antônio Carlos Magalhães, Prisco Viana e Aureliano Chaves. O deputado Ulysses Guimarães tomou o café da manhã da terça-feira com um Sarney “muito tenso”, como admitiria mais tarde para um amigo. Aferrado à sua posição original, o presidente insinuou, aqui e ali, ao longo da conversa, que nada poderia negociar, já que não tinha garantia de aprovação de coisa alguma. Ulysses desculpou-se por não poder lhe assegurar a vitória do que ele tanto quer.

Certamente, não disse a Sarney que “presidencialismo com cinco anos acabará com o país e com o PMDB”, como fez na segunda-feira ao deputado José Geraldo. Mas informou-o de que não se negará a dar seu voto pessoal quando o artigo que trata de sistema de governo for submetido à deliberação do plenário da Constituinte. Se isso, de fato, acontecer, será a primeira vez que Ulysses terá votado em mais de um ano de funcionamento da assembleia. Ele tem invocado sua condição de presidente da Constituinte para se abster de votar.

Na quinta-feira à tarde, em seu gabinete de presidente da Câmara, Ulysses antecipa para um grupo de 10 deputados mineiros sua intenção de votar o sistema de governo, que considera “o coração da nova Constituição”. Na noite do dia seguinte, depois de ter malogrado na tentativa de convencer o senador Mário Covas a apoiar a fórmula dos cinco anos com parlamentarismo a partir de janeiro próximo, Ulysses avisou a seus pares que não iria votar o sistema de governo. O que disse a Sarney pode ser sua última palavra. Ou não. Nunca se sabe.

Sabe-se que foi a pedido dele que o deputado Virgildário de Senna (PMDB-BA) recolheu assinaturas dentro da bancada do PMDB na Constituinte em favor da aprovação do parlamentarismo. Ulysses quis conhecer de que lado está, verdadeiramente, a maioria dos senadores e deputados do partido. Descobriu o que já conhecia — a maioria apóia o parlamentarismo. Ulysses

guardou o documento e poderá usá-lo na hora oportuna para justificar seu próprio voto. Ele prefere a manutenção do presidencialismo, como aliás tornou a dizer a Sarney na terça-feira.

Ninguém se espante, contudo, se acompanhar o voto majoritário do PMDB na Constituinte, a traduzir-se em votos as assinaturas que Senna colecionou. Ulysses nunca contrariou a vontade da maioria do partido — nem mesmo quando ela colidiu com a sua ou atropelou seus interesses pessoais. Foi por reconhecer que o presidencialismo com cinco anos implodiria o PMDB e poderia fazer muito mal ao país que ele imaginou a fórmula dos cinco anos com parlamentarismo a partir de 1989. Foi por ter constatado que isso não une o PMDB que evoluiu para o “parlamentarismo, já”.

Decidida a questão do sistema de governo, Ulysses se esforçará para que a votação do mandato dos sucessores de Sarney não venha a significar, na prática, a antecipação da batalha em torno da votação do atual mandato presidencial que só deverá ser travada no capítulo das “Disposições Transitórias” da futura Constituição. A Comissão de Sistematização fixou em cinco anos o mandato dos próximos presidentes e em quatro o de Sarney. O próprio PMDB de Covas votou assim. Agora, pensa em votar quatro anos para Sarney e seus sucessores.

No caso, avalia que está sendo esperto. Ao conceder quatro anos aos futuros presidentes da República, acha que enfraquecerá as chances de passar o mandato de cinco anos porque terá eliminado o argumento de que Sarney foi discriminado pela Comissão de Sistematização. A Constituinte pode, se quiser, diferenciar o mandato de Sarney do mandato dos que o sucederem. Quatro anos, sem direito à reeleição, talvez seja um mandato muito curto para ser incluído no corpo permanente da Constituição. Para contemplar Sarney, não.

A passagem do Estado autoritário para o Estado democrático deve estar concluída com a promulgação da Constituição e com a escolha, logo, de um presidente eleito pelo voto direto. O presidente Tancredo Neves considerou o período de quatro anos suficiente para fazer essa travessia. Sarney assinou embaixo do compromisso assumido por Tancredo e até a renovar quando convocou a Constituinte. Vale-se, agora, do fracasso de sua própria administração para requerer mandato de cinco anos.

Alega que se ganhar os cinco anos consertará o que fez de errado. Fora os que lhe devem o emprego, quem mais acredita nisso?

Ricardo Noblat (Interino)